

Algumas questões teórico-metodológicas do estudo da independência

*Some theoretical and methodological issues in the study of independence*

*Algunas cuestiones teóricas y metodológicas en el estudio de la independencia*

*Quelques questions théoriques et méthodologiques dans l'étude de l'indépendance*

FRANKLIN OLIVEIRA

<https://orcid.org/0000-0003-1961-3133>

Doutor. Centro Universitário Jorge Amado. Salvador, BA. Brasil

Franklin.oliveira@ispsn.org

DATA DA RECEPÇÃO: Janeiro, 2020 | DATA DA ACEITAÇÃO: Maio, 2020

#### Resumo

O presente artigo estuda algumas questões teóricas e metodológicas do estudo da independência do Brasil. Apesar de ter seu epicentro na história política, seu tratamento pretende ser mais amplo do que esta, envolvendo a interdisciplinaridade de conhecimentos militares, de economia e sociologia. Seu calendário é também mais complexo tratando, quase que concomitantemente, de dois mundos, Europa e Brasil, buscando os contextos que conformaram os inícios dos Oitocentos e onde exércitos se criaram ou se modernizaram e assumiram protagonismos. Examina projetos políticos que se enfrentaram nesses tempos, bem como seus dilemas.

Palavras - chave: Portugal. Brasil. Independência. Política. Militarismo.

#### Abstract

This paper studies some theoretical and methodological issues of the study of Independence of Brazil. Despite having its epicenter and political history, its treatment intends to be broader than this one, involving the interdisciplinarity of military knowledge, economics and sociology. Its calendar is also more complex, dealing almost simultaneously with two worlds, Europe and Brazil, seeking the contexts that shaped the early 1800s and where arms were created or modernized and assumed protagonisms. It

examines politics projects that confronted each other in these times, as well as their dilemmas.

Key words: Portugal. Brasil. Independence. Politics. Militarism.

#### Resumen

El presente trabajo estudia algunas cuestiones teóricas y metodológicas del estudio de la independencia brasileña. A pesar de tener su epicentro en la historia política, su tratamiento pretende ser más amplio, implicando la interdisciplinariedad de los conocimientos militares, económicos y sociológicos. Su calendario es también más complejo, abordando, casi concomitantemente, dos mundos, Europa y Brasil, buscando los contextos que conformaron el inicio del siglo XIX y donde los ejércitos se crearon o modernizaron y asumieron protagonismo. Examina los proyectos políticos que se enfrentaron en estos tiempos, así como sus dilemas.

Palabras clave: Portugal. Brasil. La independencia. La política. Militarismo.

#### Résumé

Le présent article étudie certaines questions théoriques et méthodologiques dans l'étude de l'indépendance brésilienne. Bien qu'ayant son épiscentre dans l'histoire politique, son traitement se veut plus large que cela, impliquant l'interdisciplinarité des connaissances militaires, économiques et sociologiques. Son calendrier est également plus complexe, traitant, presque concomitamment, de deux mondes, l'Europe et le Brésil, à la recherche des contextes qui ont conformé le début du XIXe siècle et où les armées ont été créées ou modernisées et ont assumé le protagonisme. Il examine les projets politiques qui se sont affrontés à cette époque, ainsi que leurs dilemmes.

Mots-clés : Portugal. Brésil. Indépendance. La politique. Le militarisme.

#### **Algumas questões teórico-metodológicas do estudo da Independência**

*“Mas é claro que com juízos de valor não se explicam fenômenos históricos” (Novais)*

O estudo da Independência do Brasil nos dias atuais verifica uma série de dificuldades. O curioso é que estas se verificam no meio da abundância de publicações sobre o tema,

que remetem a uma historiografia desse movimento. Assim, é necessário encontrar lacunas e espaço para novas interpretações.

Mas, como tratar um período essencial para a formação da nação brasileira, a respeito do qual escreveram centenas de historiadores? Não seria muita pretensão retomar uma temática que, desde o Século XIX, suscita congressos, simpósios e seminários, e que deu à historiografia tantas obras clássicas sejam europeias ou latino-americanas? Deveríamos insistir em assuntos que, embora muito tratados na historiografia, nos dão a impressão de “resolvidos”?

As respostas para estas indagações estão na própria historiografia escrita nas últimas décadas. Fernandes, critica a tendência que conduziria “os melhores espíritos” a uma espécie de história oficial, na medida em que, desprovidos de intenções interpretativas e “com vistas aos móveis declarados e as esperanças idéias conscientes dos agentes históricos sem realidade histórica última, tão irredutível quanto verdadeira em si mesma”(2006, prefácio). Malerba, por sua vez, assevera que as questões levantadas pelos historiadores da Independência seriam as mesmas nos últimos 180 anos (2003).

Ao tomar contato com a bibliografia, o historiador, dos dois lados do Atlântico, vai observando as lacunas e percebendo que ainda há muito por fazer e dizer em torno da Independência do Brasil, não só em termos de novas interpretações e olhares, mas acerca de biografias, classes sociais, protagonismo das mulheres, vilas e estrangeiros, assim como em matéria de estudos sócio-econômicos, financeiros, políticos, estratégicos e táticas militares.

Sobre “modelos”

Uma das surpresas da investigação refere-se à história de Portugal. Neste terreno reina uma espécie de racionalização psicológica onde nada é escrito sobre o tema, ou, se o é, se perde em grossos volumes destinados a “assuntos mais importantes”, e tratados a partir de generalizações que, evidentemente, subestimam o impacto da perda da maior colônia do Império português.

Pode se pensar que há colegas que tem dificuldade de aceitar o fim do Império português, e o perigo desta posição no mundo atual, que presencia uma sensível mudança de valores e tensões que poderiam dar lugar a uma revisão política rancorosa e anacrônica. A preocupação torna mais do que necessário o retorno ao Século XIX e às questões que ali

estiveram em jogo, assim como a participação nas reflexões que em breve ocuparão muitos historiadores nas comemorações dos duzentos anos da Independência do Brasil dando-lhe a dimensão internacional como teve na época.

No Brasil há um modelo tradicional de estudo da Independência comum a historiadores de várias correntes, sejam progressistas ou conservadoras, cuja lógica é devedora da construção do Estado Nacional, e que observa aquele acontecimento a partir do Rio de Janeiro e em função da “grande política”. Não é à toa que Goularte afirma que

“a historiografia brasileira precisa abandonar sua tradicional visão das províncias como áreas periféricas e conceder à dinâmica política regional o seu devido protagonismo, particularmente nos momentos em que estiveram em jogo a afirmação da autoridade central e a consolidação da unidade territorial”<sup>2</sup>.

A “opção” a esta vertente tem sido uma história regionalizada da Independência, de acordo com o que tem feito diversos colegas da Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Minas Gerais e São Paulo, como reação ao modelo tradicional. Considero que, se esse campo de posições historiográficas enriqueceu o entendimento do processo da Independência - produzindo obras de referência e figuras como Evaldo Cabral de Mello, Luiz Henrique Dias Tavares (de quem fui aluno), Braz do Amaral, Inácio Accioly, dentre outros, e que foi potencializado com a multiplicação dos cursos de pós-graduação em história. No entanto, constituiu-se quase que como um outro “modelo”, ao privilegiar os limites da própria província, valorizar excessivamente os confrontos militares, tratados indevidamente, como uma guerra, e submeter os próprios acontecimentos “regionais” ao viés da construção do Estado Nacional brasileiro.

Carlos Guilherme Mota, ao organizar a obra de referência 1822: Novas dimensões, não deixou de observar que o sentido da história do Brasil não pode ser dissociado de processos mais abrangentes da historiografia contemporânea, e, Fernando Novais, aocríticar os estudos tradicionais, asseverou que, ao lê-los, tem-se a impressão de que “o centro das decisões de nossos destinos, em todos os níveis, se transferira realmente para dentro de nossas fronteiras, como se estivéssemos desvinculados do resto do mundo”<sup>3</sup>.

Assim, a escrita de história sobre o período enseja uma releitura bibliográfica e documental de textos e manuscritos, muitos dos quais já utilizados por colegas, submetendo os diagnósticos e conclusões à crítica de novos pressupostos e conhecimentos. Adotando esse caminho poderemos rejeitar a velha “máxima goebbelsiana” de que uma mentira repetida muitas vezes pode passar como verdade. A necessidade do caráter multidisciplinar da investigação também se torna cada vez mais evidente, exigindo que transitemos também nas áreas de Ciência Política, Sociologia, Economia, Finanças e Estudos militares.

Uma interpretação de fora ou de dentro?

Ao estudar o tema é possível encontrar historiadores brasileiros progressistas que, ao verificar processos de transição do feudalismo para o capitalismo, mesmo que enxerguem algumas particularidades da relação da Península Ibérica com a América do Sul, foram buscar as razões últimas do processo de separação das colônias na transição do feudalismo para o capitalismo, na crise do Antigo Regime, ou, ainda, na debacle do Sistema Colonial, nas quais o Brasil seria simples decorrência.

Assim, viram que o país se desenvolveu em “ciclos”, com base em grandes sistemas de exploração, ou em um corte dicotômico. Há os que substituíram a investigação da realidade brasileira por ensaios sobre a natureza estrutural desses sistemas e suas leis internas. A abordagem mais clássica desse viés seria a de Nelson Werneck Sodré, que preferiu estender à sociedade brasileira as etapas do materialismo histórico, vistas como condição de todas as sociedades. Deste modo, o país deixava de ser sujeito para ser objeto, e até de ter uma relativa autonomia, da qual nos falaram os marxianos, para ser apenas fruto de determinações globais. Novais, chega a afirmar que “não é possível explorar a colônia sem desenvolvê-la”, ou seja, ampliar a área ocupada, aumentar o povoamento e fazer crescer a produção. Assim, “o mecanismo básico e estrutural do crescimento, em seu nível mais profundo” procederia do próprio funcionamento do sistema 4. E, se não há necessidade do esgotamento de uma forma de produção para que o sistema entre em colapso, não seria também necessário que todo ele faça água para que as revoluções ocorram 5.

Nos últimos 40 anos surgiram outras explicações da realidade brasileira, de caráter heterodoxas, que, mesmo tendo clareza do peso da “grande política”, do peso das decisões, dos interesses e protagonistas de Lisboa nos fenômenos ocorridos na América Portuguesa, não deixaram de observar que pode se constituir no Brasil um mercado interno, interesses “nacionais”, classes e extratos de classe, relações de produção, circulação, consumo e culturas distintas.

Jessé Souza, é um dos novos interpretes. Em seu livro *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*, observa que, se os intelectuais brasileiros possuem uma compreensão da inserção do país ao sistema capitalista mundial, “esta inserção é percebida, quase que exclusivamente, apenas na sua dimensão econômica enquanto troca de mercadorias e fluxos de capitais”, assim, não tematizariam a reprodução simbólica do capitalismo (2015, p.143-144).

Busca, por conseguinte, realçar as diferenças entre as sociedades europeias e a brasileira, entre as quais insere questões sócio-culturais que dificultaram a inserção dos negros na sociedade, a “anterioridade das práticas” na origem das instituições e processos, e, no período que tratamos, a “gramática mínima” fornecida pelo liberalismo para articular os interesses das elites com os novos processos políticos.

#### A Independência como uma revolução

As questões centrais do estudo historiográfico, porém, remeteriam ao caráter da Independência. Tratar – se- ia de um movimento de natureza nacional, democrático, popular? No que diz respeito ao ponto de vista ideológico visaria estabelecer um regime liberal, uma monarquia constitucional?

Seria, conforme Norton e outros, uma revolução conservadora? Uma revolução seguida de uma contrarrevolução, como afirma José Honório Rodrigues? Um movimento, como sugere Oliveira Lima? Os segmentos sociais que a conduziram, estavam ou não interessados em uma ruptura? E os setores populares, tiveram ou não uma participação autônoma? Embora diversa, a leitura da historiografia aponta para a existência de vários projetos, em cuja execução se jogaram muitos daqueles objetivos, sendo os protagonistas atendidos em parte. Além disto, seria necessário verificar qual o grau que jogaram os acontecimentos da Independência na formação do Estado Nacional brasileiro.

Um historiador se propõe muitas perguntas, para as quais não há respostas simples. É que antes de nós muitos tentaram respondê-las com a esperança de encontrar mudanças significativas concentradas em determinados acontecimentos históricos no Brasil, realizadas através de uma ruptura marcante com a situação anterior.

A ideia da Independência como uma revolução é recorrente em boa parte da historiografia. Fernandes, um dos seus principais defensores, professa a posição de que tratou-se da “primeira grande revolução social que se organizou no Brasil” (2006, p.49). Sua conclusão é a de que esse acontecimento histórico colocou um fim na era colonial, e teria instalado uma sociedade nacional.

Mas é ele mesmo que, em *A revolução burguesa no Brasil*, observa a natureza dual do processo, constituído de um elemento revolucionário e outro conservador. O segundo, particularmente, por buscar “estabelecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para aprofundar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação”. Já Hollanda observa que “a revolução no Brasil não é um fato que se registrasse em um instante preciso, é antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de séculos”(1995, p. 178).

Os efeitos da Independência devem ser entendidos no tempo e a partir do tradicional binômio mudança-conservação da sociedade brasileira. E, se esta pôs um fim no passado colonial, apenas iniciou a construção de uma sociedade nacional levando ainda tempo até para produzir uma monarquia constitucional, cujo primeiro diploma constitucional veio ungido “pelo alto”.

Talvez o Rio de Janeiro de 1821/1823 estivesse mais próximo daquilo que muitos chamam de insurreição, o clima de parte do país após a Revolução do Porto poderia ser caracterizado como revolucionário, ou pelo menos remeter a uma “crise de hegemonia” das elites monárquicas. Mas é evidente que o conselho do Marques de Palmela foi também acolhido pelas elites brasileiras, entrar no movimento para moderar a “revolução da Independência”.

A sociedade brasileira na crise política da Independência

É costume a uma certa historiografia pensar nos “grandes temas”. O espaço político que ocupou o projeto da Independência, porém, tem necessidade de examinar questões mais corriqueiras, e fica mais evidente ao acompanhar a “sociedade de ordens” de que nos fala Novais, não mais feudal mas ainda não burguesa (1972, p.197).

No Brasil do início dos Oitocentos havia soldados, milicianos, setores populares, elites e setores médios, que tiveram expectativas e interesses em uma mudança. Para uns havia o interesse de acesso ao mercado exterior, para outros o fim do monopólio senhorial dos empregos públicos, outros ainda, queriam a retirada de cena dos concorrentes portugueses. Do ponto de vista da camada popular certamente havia a expectativa de melhoria das condições de vida.

Dois acontecimentos são nodais nos inícios dos Oitocentos, a mudança da família real para o Brasil e a Revolução do Porto. A primeira, foi capaz de sensibilizar as elites brasileiras à custa de certa abertura comercial e de sua “aristocratização”. Nesse sentido a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves veio a cumprir papel de fazer o país ingressar em um novo patamar das relações entre as partes do Império. Esse projeto, entretanto, foi abalado em 1817. A segunda, abriu espaço político para amplas camadas da população, despertando-as para a cena política, O cenário aproximou inimigos aparentemente inconciliáveis, conservadores, moderados e liberais, elites, classes médias e setores populares, esses últimos movidos, principalmente, pela máquina estatal.

Mas o programa que deveria unificar todos esses segmentos era voltado essencialmente ao “andar de cima” da sociedade, embora interessasse às classes médias a liberdade de comércio, o Congresso e a Monarquia Constitucional. Não continha, entretanto, uma palavra sobre a escravidão, o custo de vida, o pagamento regular dos salários, entre outros itens já levantados na década de 1790 na Conjuração da Bahia. Além do mais, sua aplicação se deu na medida das conveniências do Imperador e dos poderosos. A Assembleia Constituinte seria dissolvida e o Congresso só funcionaria três anos depois. A Constituição prometida foi a outorgada, e a Monarquia Constitucional sucumbiu ao tutelamento.

A Independência, como início de um processo mais profundo que remetesse à construção do Estado Nacional, no entanto, precisava de um programa que suscitasse adesão duradoura e de alto a baixo da sociedade. No processo, porém, sequer se conseguiu fazer

com que o rompimento colonial e o novo poder para elites nacionais revertissem em benefício desegmentos mais amplos.

Seu movimento lança as bases institucionais da construção do Estado Nacional brasileiro, esse processo se deu através de avanços e recuos, no qual, as mesmas elites que se aglutinaram em torno de D. Pedro, exigiram um funcionamento efetivo do Congresso, influência junto à Corte para a consecução de seus negócios, o que acabou por esgotar o pacto da Independência. A unidade política, portanto, foi passageira, e se restringiu ou se ampliou conforme o contexto e os interesses que perpassaram a renúncia de D. Pedro I, as regências e a antecipação da maioria de D. Pedro II.

Para tratar do destino do programa inicial é preciso reconhecer um Estado real e suas bases sócio-estruturais de sustentação. Assim, na medida em que há a escravização, que o mercado interno é incipiente, e a opinião pública, de que nos fala Habermas, elementar, que o tal Estado Nacional não permitiu integrar em sua composição mulheres, índios, camponeses, trabalhadores e negros, é possível entender os passos tímidos dados, seja no Segundo Império, seja pela própria República, e que, para serem mais ou menos efetivados, tiveram que consumir pelo menos mais um século.

Desta forma, a construção do Estado Nacional brasileiro, tal como outras tarefas estruturais, se daria ao longo do tempo, mudando de mão em mão de protagonistas. A “soberania”, é alcançada por D. Pedro I (1825), o sistema tributário, pelo Congresso (1834), e a “centralização” do país por D. Pedro II nos anos 1840. Mas o processo que foi jogado nesses anos acabaria por passar ao largo da questão nacional, talvez por não ser mais anseio dos “de cima”.

A questão remete à natureza do projeto liberal no Brasil e suas inconsistências. Fernandes, por exemplo, ao observar a participação do elemento burguês na Independência, observa sua “defesa tosca e limitada de princípios liberais” e vaticina que “ele nunca será uma figura dominante, ou para, com a força socialmente organizada, suscitar a autonomia”(2006, p.36). O autor observa o que chama de dois lados do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O primeiro lado, coloca o “senhor agrário” numa posição marginal, na medida em que os verdadeiros agentes se localizavam no exterior. O segundo, teria se originado da autonomização política e de tendências históricas que engendraram “uma economia, um estado e uma sociedade nacionais sob modelos

institucionais tomados da civilização ocidental moderna”. Mas, contraditoriamente, o autor vê os senhores rurais como próceres da Independência:

“À medida em que se intensifica a expansão da grande lavoura sob as coordenadas econômicas, sociais e políticas possibilitadas pela organização de um Estado Nacional, gradualmente uma parcela de aumento crescente dos “senhores rurais” é extraída do isolamento do engenho ou da fazenda e projetada ao correio econômico das cidades e no conhecimento paulatino da Corte e dos governos provinciais” (2006, p. 43).

Há, entretanto, quem enxergue o esforço da elite comercial na Independência. Ribeiro, volta-se para identificar os “ideólogos” da construção do Estado Nacional brasileiro. Anota que Armitage e Varnhagen, escrevendo posteriormente ao 7 de setembro, “dão à Independência um caráter nacionalista, preocupados que estavam em construir politicamente a nação e traçarem-lhe a história.” (1997, p.63). Esses autores teriam ajudado a construir mitos, que, continuando a serem entronizados pela República, passariam a constar da historiografia como se fossem verdades irretocáveis.

Em plena comemoração da modernidade, em 1922, quando se celebrava os cem anos da Independência, um jornal como o Correio da Manhã afirmava que “em 1822, foi criado o próprio povo brasileiro”, e, o jornal republicanista O Paiz, ressalta a criação de uma “nova mentalidade americana” a partir do momento em que “o príncipe (...) esqueceu os sentimentos de subordinação e de dever ao seu pai e ao seu Rei para proclamar a Independência política do povo, cujos destinos dirigia” (Motta, 2019, p. 225).

#### Sobre a fraqueza das burguesias

Muito se tem escrito sobre as causas estruturais na Independência utilizando as categorias “fim do Velho regime”, “Antigo Sistema Colonial”, ao menos para responder à pergunta de porque a burguesia portuguesa não se habilitou a dirigir o processo e as próprias elites brasileiras erigiram um nobre português como intermediário. José Capela é um dos que sustenta que o sistema colonial teria levado ao aburguesamento da nobreza e à travagem

das burguesias mercantil e industrial. Assim, Portugal teria chegado ao Século XIX sem poder mais contar com o ouro do Brasil e “sem que se formasse uma burguesia com prática e ideologia próprias com expressão e consistência que lhe atribuísse a capacidade para o lançamento das bases necessárias à estruturação de uma ordem nova, em oposição à ordem antiga”<sup>6</sup>. Esse autor vê o liberalismo como um artigo de importação. De algum modo suas conclusões se assemelham as de Caio Prado Jr. que, em *Evolução Política do Brasil*, observa que “a sociedade colonial era incapaz de fornecer as bases, os fundamentos para constituir-se em nacionalidade orgânica”<sup>7</sup>.

Martins, tratando da Metrópole, mesmo com a decadentologia dessa época, admite que o reino não tinha condições de se defender, e a descreve admiravelmente:

“Por toda a parte rebentavam sintomas de gangrena. São enormes os documentos da inépcia ingênua: eram mais bem certos protestos de um espírito revolucionário que entrava em Lisboa pela via marítima, e no reino por intermédio de sábios e fabricantes estrangeiros importados pelo marquês de Pombal”(2004, p.377) 8.

Para Alexandre, o Ancien Regime contribuiu para a acumulação de capital numa primeira fase da revolução industrial “rapidamente, porém, se evidenciaram os limites de sua expansão dentro das estruturas coloniais existentes”<sup>9</sup>. O autor observa, no entanto, uma espécie de distribuição de funções entre as elites da Colônia e da Metrópole, desde tempos imemoriais, em que “A integração dos extratos dominantes das sociedades colônias previu à metrópole confiar-lhe tanto a tarefa de manutenção da ordem urbana, como o apoio pontual de forças idas da Europa como a de resistir, ao menos no primeiro embate, a qualquer tentativa de intromissão vinda do exterior”(p.10). Conclui que o processo de autonomização do Brasil “ameaça desarticular o império, mas somente se considerado pelo lado português. As estruturas sociais e econômicas das colônias não sofrem qualquer ruptura fundamental” (p.32).

Outra questão que merece atenção é a ideia da repercussão econômica imediata entre a crise do Antigo Regime e a situação de Portugal e do Brasil. A investigação das últimas décadas do Século XVIII remete a contramão desta posição, na medida em que a guerra

das colônias norte-americanas e outros conflitos, beneficiou os dois lados do Atlântico, que ocuparam espaços no mercado internacional. Assim, a “crise econômica” do início dos Oitocentos não é uma dedução automática, pois, mesmo verificando uma redução dos índices econômicos nas suas duas primeiras décadas, só entre 1819/1821 é que o declínio é irreversível. A Independência e a questão militar

Houve militares lutando nos exércitos dos dois lados no período. Mas quando sua presença em cena mereceu certo status e lhes conferiu caráter protagônico? Para Heinz, “os principais recursos e estratégias utilizadas para ascensão à condução de elite do Exército continuaram a ser basicamente o uso de relações personificadas com membros da elite militar e com agentes ligados às esferas mais altas do poder político” (2011, p.18). No entanto, há de pensar nas conseqüências do recorrente apelo às hostes militares por décadas. A questão passa ao largo dos espaços políticos que preencheram em circunstâncias onde foram prolongadamente exigidos pela Corte.

A modernização do Exército, que iniciou a ser empreendida nas últimas décadas do Século XVIII, abriu espaço para a profissionalização militar. Os tempos que abalaram o Velho Regime exigiam pessoas com dedicação exclusiva, disponibilidade e mobilidade permanente, especialistas vinculados a uma corporação. Assim é que a lógica institucional, irá fazer parte da tradução militar das situações sociais, econômicas e políticas.

Há uma série de questões neste sentido para serem enfrentadas na Independência do Brasil, mesmo em se tratando de um conflito que não teve batalhas e que os enfrentamentos poderiam ser melhor tratados como escaramuças. A observação já é um componente de diferenciação. Mas há outros. É preciso ficar assentado que uma guerra não se constitui apenas de conflitos militares, sendo essencialmente pensada enquanto uma estratégia político-militar que depois é traduzida na arte propriamente militar. Clausewitz observa que “em diversos conflitos, apenas uma parte do tempo é ocupado pelo combate, enquanto que o resto é gasto em inatividade”<sup>10</sup>.

A estratégia chave na efetivação da derrota portuguesa no Brasil foi a do Cerco de Salvador. O próprio Madeira admite, numa carta a D. João VI datada de 31 de maio de 1823, que a guerra no Brasil “é diferente”, sendo evidente que esta não pode apenas ser cotejada com o que descrevem os manuais. Ao lê-los, não dá para manter a visão de que quem se defende, só se defende, e quem ataca, só ataca. Os manuais recomendam ainda

várias medidas para tomar quando se está sob cerco. Se estas medidas não funcionarem para o levantamento do cerco “os defensores devem realizar ataques preventivos, além disto o uso de ardis para iludir o inimigo e deixar entrar os víveres”.

Neste sentido, a preferência de Madeira por uma estratégia defensiva não seria equivocada. Afinal, o próprio Clausewitz, trata a defesa como “a forma de combate mais vigorosa do que o ataque(...)”. Esta seria, “a forma mais vigorosa de guerra(...)”. No entanto, ocorre que

“ela somente deverá ser utilizada enquanto a nossa fragilidade o exigir, sendo abandonada logo que estivermos suficientemente fortes para procurar atingir um propósito positivo(...)”. Assim, o caminho natural da guerra é começar agindo defensivamente e terminar atacando” 11.

#### O contexto na Província da Bahia

Em relação à província na qual se deu o enfrentamento que consolidou a Independência, a Bahia, sua situação econômica era semelhante a Portugal. Desde as últimas décadas do Século XVIII atravessava um período de crescimento que ampliaria as exportações de produtos como o açúcar, algodão e fumo, e que havia aumentado sua população e trazido milhares de novos escravos para o Recôncavo.

A revolução industrial não provocou alterações substanciais no estado, a não ser a aquisição de novas máquinas. Já a abertura dos portos, além de desafogar o porto naqueles dias, encontrou Salvador disputando com o Rio de Janeiro o primeiro lugar entre os portos brasileiros. Neste sentido, a presença de um governador joanista, articulado com as alterações em curso no país, pode potencializar os novos tempos.

É digna de nota uma visão diferenciada de abordar o conflito senhores versus escravos e uma relação mais politizada com a Câmara Municipal. Devem ser observadas realizações na época como Tipografia, Biblioteca Pública, Praça do Comércio, Teatro São João, Passeio Público, início da Estrada Dois de Julho entre as quais se destacam os projetos

para a construção do canal de navegação para os navios do Recôncavo, e a transferência do centro administrativo de Salvador, ambos na região de Itapagipe.

Também ali a Revolução do Porto contribuiu para a gestação de um novo cenário político já subjacente no Brasil durante o Projeto Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves quando havia contatos do Padre Roma que foram atirados ao mar na Revolução de 1817. Mas o processo político que dividiu a província não permitiria às elites locais terem protagonismo na Independência. Após o Dois de Julho tenta-se recuperar o atraso. Não são à toa os conflitos do pós-Independência, a rejeição à Constituição outorgada, a Revolta dos Periquitos, em 1824, a chamada Revolução federalista (1831/1832), e a Sabinada, 1837, entre outros. Somente nos anos 40, quando se conformou a hegemonia das elites sulistas é que a província retornou a linha de frente das hostes imperiais.

#### O “bloco político” da Independência

Uma das questões a discutir, é porque e quando as velhas elites se dividiram abrindo espaço político para amplos segmentos e tornando irreversível o projeto de a Independência do Brasil? As “revoluções” políticas ocorridas no primeiro semestre de 1821 em várias províncias do país mostraram uma ampla unidade entre brasileiros e portugueses. São conhecidos os depoimentos de governadores, agentes monárquicos, e mesmo militares que não apoiaram inicialmente esses movimentos, a exemplo de Madeira, observando a sua “onda” irreversível, que arrastou tropas brasileiras e portuguesas. Mas o que movia este movimento? Quais os sentimentos que havia “nas cabeças e nas bocas” e que, em vários golpes, constituiu as Juntas Governativas?

No passado, os senhores já haviam dissentido das autoridades de Lisboa na expulsão dos jesuítas, na mudança da capital, e, por pouco, a Conjuração de 1798 e o Nordeste em 1817 não viu a participação das elites. Evaldo Cabral de Mello demonstrou as condições de adesão da oligarquia açucareira ao “projeto fluminense de independência”<sup>12</sup>. No caso dos senhores baianos, fizeram-se, muitas vezes, representar por setores do oficialato.

Afinal, como se explica aparentes vintistas baianos, que haviam apoiado tão entusiasmamente a Revolução Constitucionalista em Portugal, passarem para o “lado do Rio de Janeiro”? Precipitaram-se os portugueses ao transferir tropas para o Brasil sob comando português? Submeteram-se à retaguarda de Dom Pedro I após o anúncio do

“Fico”? Deram o apoio suficiente para redirecionar sua estratégia político-militar de concentração de tropas na Bahia?

Apesar de ter consciência da justiça que significa homenagear os heróis das conjurações baiana e mineira, os revolucionários de 1817, e o legado que trouxeram a Independência, preferimos tratar a crise política que viabilizou a Independência a partir das conseqüências imediatas da Revolução do Porto, seguida pela de Lisboa, e que abriu um momento político raro na história do Brasil e de Portugal.

É obvio que a transferência da Corte trouxe modernização ao Brasil, e inclusive uma espécie de “ruptura” com o mercantilismo anterior. Mais ainda, a “aristocratização” das elites brasileiras via venda de títulos e proximidade com a Corte, especialmente nas capitanias que passaram por governos “joanistas”, criou um caldo de cultura que se refletiria no final de 1820.

O que caracteriza o período joanista é, porém, num primeiro momento, a absorção das elites locais num bloco político com nobres e cidadãos portugueses, que controlavam grande parte do comércio das principais cidades brasileiras, além do sistema burocrático imperial, num regime de concessões à Inglaterra, mas que cobrou em poucos anos a inviabilidade de prosseguir sem fazer maiores concessões. Neste, através da promoção de um farto sistema de distribuição de cargos e títulos e da utilização de órgãos como o recém-criado Banco do Brasil como instrumento político, puderam ser atraídas as elites locais para apoiar a administração joanista. O Rio de Janeiro teve sua população quase dobrada em poucos anos, mostrando que a bandeira da nacionalização do comércio tinha apelo no Brasil.

O regime, porém, cuidou pouco dos segmentos médios, sequer uma liberalidade controlada para certa imprensa. Os canais de ascensão social dependiam essencialmente do clientelismo, particularmente no serviço público, simples extensão do patrimonialismo das elites e suas famílias. E se as concessões de D. João às elites regionais puderam segurar quase todas as tentativas desestabilizadoras, o movimento de 1817 foi importante contraponto à gestão Joanista. A impossibilidade de correção do rumo estrutural fez com que a crise retornasse com força nos anos vinte. A invasão francesa levara o país à exaustão. A “vitória”, no entanto, foi de Pirro, deixando Portugal entregue à mão-de-ferro dos ingleses, que em pouco tempo, passaram a ser responsabilizados pela situação.

Em Portugal, foi possível constituir uma recuperação política com o retorno de D. João VI ao país logo após vitorioso o movimento de 1820 e do apelo à reconstituição do Império com a volta do exclusivo colonial. A Revolução do Porto, entretanto, reanimou projetos no Brasil. Entre as primeiras iniciativas estão a substituição do poder nas capitanias e a participação na elaboração da Constituição imperial.

A luta que se abria retirou as elites da tranquilidade obrigando-a a terçar armas para disputar as rédeas do movimento. Conseguiu, assim, canalizar toda a insatisfação, e que o abandono, os problemas sociais e econômicos, os privilégios, sentidos por amplas camadas da população brasileira fossem postergados, desaguando no enfrentamento do absolutismo, aparecendo a monarquia constitucional, e não o republicanismo, como uma solução.

A elite comercial e terratenente adaptou-se rapidamente ao “liberalismo” que antes combatia, corrigindo seus “excessos” através do tráfico de influência, decretos e alvarás casuísticos ou com a velha repressão. Se dividiu em adotar a “solução final” que teve que ser construída “pelo alto” e “por baixo”, a partir do território regional, e em ritmos distintos.

Em Pernambuco, esta elite estava em diversas juntas mas se definiu, particularmente quando os interesses de D. Pedro somaram para o apoio da “Junta dos Matutos”, uma representação dos senhores rurais. No Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e em São Paulo sequer houve enfrentamentos na medida em que, no primeiro, bastou o anúncio para Saldanha renunciar ao cargo de governador, e as duas últimas províncias se acercaram do Imperador, participando dos atos da Independência e das instituições criadas, parecendo a todos que ampliaria o seu poder.

Os casos destoantes foram os do Rio de Janeiro, Bahia, Província Cisplatina e o restante do Norte. O primeiro, sede da Corte, e onde estavam estabelecidos bandidos (as tropas portuguesas de Avilez), e os mocinhos (liberais radicais, conservadores e moderados em torno de D. Pedro), garantindo a condução fluminense do processo de Independência, e se constituindo em palco de uma revolução com o apoio do Estado que foi reforçada com milícias de fora da província e tropas mercenárias.

Na Bahia, as elites passaram por mais dificuldades e sobressaltos. Já no desempenho e nas eleições da Junta de Governo houve tensões que colocaram frente a frente brasileiros e portugueses. Mas o momento-chave foi quando se embateram as duas forças em plena cidade de Salvador, a que contava com o Governador das Armas interino, Manoel Pedro de Freitas Guimarães, e a que era dirigida pelo chefe das tropas portuguesas e novo Governador das Armas, Ignácio Luís Madeira de Mello, cada qual com um entorno da população mobilizado por máquinas militares e expectativas. É de se pensar no horror que as elites experimentaram na citada “anarchia” que deu o tom da insegurança para si e suas propriedades. No entanto, a historiografia não trata do apoio dado à Madeira para assumir o cargo e “restaurar a ordem”.

O cenário de dúvidas das elites só começa a mudar quando, em meados de 1822, D. Pedro se convenceu que não havia mais condições de repactuação com Portugal e que a solução passava mesmo pela Independência. Passa a garantir os recursos e as condições políticas necessários à unificação do território sob sua bandeira. Em apenas dois meses intima os comandantes portugueses da Bahia e da Província Cisplatina, cobra internacionalmente o apoio para o movimento, convoca uma Assembleia Constituinte e Legislativa à semelhança das Cortes, e envia expedição à Bahia.

Tantas medidas não podiam ficar sem resposta das elites da Bahia, mas esta posição não foi definitiva, pagando para ver, e precisavam ver o cenário ser progressivamente favorável para o governo brasileiro para ir se definindo. De passagem ganharam alguma coisa especulando com o preço dos alimentos durante o bloqueio do porto de Salvador, e com os empréstimos ao Conselho Interino, desfrutando, ao final, com os benefícios que sobreviriam do aplastamento dos seus concorrentes portugueses.

#### Notas

1. Novais, Fernando. As dimensões da Independência – crise geral do Antigo Sistema Colonial. In: Mota, Carlos Guilherme (Org.). 1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 15-26.
2. Goularte, Rodrigo da Silva. O Oitocentos sob novas perspectivas. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n.9, p.431-436, 2015.

3. Mota, 2016, p.433.
4. Novais, 1972, p. 201
5. Idem, p.203
6. Mota, 1972, p.195-196.
7. Prado, Apud Pedreira, 2006.
8. Oliveira Martins, J. P. O Brasil e as colônias portuguesas.5.ed. Lisboa: Antônio Maria Pereira, 1920.
9. Alexandre, Valentim. Origens do colonialismo português moderno(1822-1891). Lisboa: Sá da Costa, 1979. Portugal no Século XIX. Antologia de Textos Históricos. p.15.
10. Da Guerra, Livro 2, 2018, p.85.
11. Idem, livro 6, p.419.
12. Mello, Evaldo Cabral de. A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: 34, 2004.

#### Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim. Origens do colonialismo português moderno(1822-1891). Lisboa: Sá da Costa, 1979. Portugal no Século XIX. Antologia de Textos Históricos.
- AMARAL, Braz de. História da Independência do Brasil na Bahia. Salvador:Imprensa Oficial do Estado,1923.
- ANAIS DO I COLÓQUIO Português de História Militar. Para uma visão global da história militar. Lisboa: Palácio da Independência,1990.
- AS JUNTAS GOVERNATIVAS e a independência. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. v.7.
- ARQUIVO DIPLOMÁTICO DA INDEPENDENCIA. Rio de Janeiro: Lithographia-Typographia Fluminense, 1922. v.III.

BARICKMAN, B.J. Um contraponto baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, F. Borges de. À margem da História da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1934.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. O patriotismo constitucional. Pernambuco, 1820-1822. Recife: UFPE; São Paulo: HUCITEC, 2006.

BITTENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.). História da expansão portuguesa. Navarra: Temas e Debates e Autores, 2000. v. 4. Do Brasil para a África

BRASIL, Gerson. A revolução de D. Pedro I. Uma história essencialmente política da Independência. São Paulo: Saraiva, 1971.

CALMON, Jorge. Vida econômica - financeira da província. Elementos para a história de 1808 a 1889. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

CALÓGERAS, Pandiá. A política externa do Império. Brasília: Senado Federal, 1998. v. I, as origens.

CAPELA, José. A burguesia mercantil do Porto e as colônias (1834-1900). Porto: Afrontamento, 2010.

CARREIRA, Liberato de Castro. História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Senado Federal; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. Tomo I.

CARVALHO, Manuel Gomes de. Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821. Brasília: Senado Federal, 2003. v. 12.

COLLECÇÃO dos decretos, resoluções e ordens das Cortes Geraes Extraordinárias e Constitucionais da Nação Portuguesa desde a sua installação em 26 de janeiro de 1821. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822.

COSTA, Marcos de Noronha da. Oitavo Conde dos Arcos, anotações para uma biografia. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2011.

DIÁRIO das Cortes Geraes, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837. Tomo 7.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. 3.ed. ver. São Paulo: Globo,2001.

FERNANDES, Floresta. A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Globo,2006.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite industrial numa economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1780-1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2001.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 32.ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2005. Biblioteca Universitária, Série 2, Ciências Sociais, v.23. HEINZ, Flávio M(Org.). História social das elites.São Leopoldo: Oikos,2011.

HESPANHA, Antônio Manuel (Coord.).Nova história militar de Portugal. Ria de Moura: Círculo de Letras, 2004. v.2.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de(Dir.).História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1962. v. II, o Brasil monárquico, Tomo I eII. . Raízes do Brasil. 4.ed. Lisboa: Gualiza, 1995.

JANCSÓ, István (Org.). Independência do Brasil: História e Historiografia. São Paulo: USP, 2003.

JUSTINO, David. A formação do espaço econômico nacional. Portugal 1810-1913. Lisboa: Veja, 1989. V.II (1810-1913).

LAVRADIO, Marquês de. D. João VI e a Independência do Brasil. Últimos anos do seu reinado. Lisboa: Sociedade Nacional de Typographia,1957.

LIMA, Oliveira. O movimento da independência, 1821-1822. 6.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MACEDO, Jorge de. O bloqueio continental. Economia e guerra peninsular. Lisboa: Editora e Gráfica Portuguesa,1962.

MACHIAVEL, Nícolo. A arte da guerra.Porto Alegre: L&PM,2011.

MALERBA, Jurandir.(Org.). A Independência brasileira. Novas dimensões. Rio de Janeiro: FGV,2006.

MARQUES, Fernando Pereira. Exército, mudança e modernização na primeira metade do Século XIX. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional/Atena, 1999.

MARTINS, Ana Canas Delgado (Coord.). D. João VI no Brasil. Lisboa: Ministério da Cultura / Torre do Tombo, 2006.

MATTOSO, Kátia. A cidade do Salvador e seu mercado no Século XIX. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MELLO, Evaldo Cabral de. A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: 34, 2004.

MONTEIRO, Nuno G. Elites e poder. Entre o antigo regime e o liberalismo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

NOVAIS, F. A. Portugal e Brasil na crise do sistema colonial. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Franklin. Canal Conde dos Arcos: uma obra visionária no Período Joanista. Salvador: EGBA, 2008.

OLIVEIRAMARQUES, Antônio Henrique de. História de Portugal. Lisboa: Presença, 1999. v.2 - Do Renascimento às revoluções liberais.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. O Brasil e as colônias portuguesas. 5. ed. Lisboa: Antônio Maria Pereira, 1920.

PAIM Antônio. História do liberalismo brasileiro. São Paulo: Mandarim, 1998.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830). Viseu: DIFEL, 1994. Memória e Sociedade.

PIMENTA, José de Melo. A Independência do Brasil à luz dos documentos. São Paulo: Instituto de Cultura e Ensino Padre Manoel da Nóbrega, 1972.

PINHEIRO CHAGAS, Manuel. História de Portugal. 3. ed. Lisboa: Empresa de História de Portugal, 1899-1907. v.8.

PRADO JR., Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RAMOS, Rui (Coord.). História de Portugal. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC. 9.ed. ampl. Rio de Janeiro: FGV,2007.

RIBEIRO, Gladys Sabina e CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). O Brasil nos Oitocentos. São Paulo: Alameda Casa Editorial,2016.

RODRIGUES, José Honório. Independência: revolução e contra revolução. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército,2002.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. From Colony to nation. Baltimore: The John Hopkins University Press,S/D.

SELVAGEM, Carlos. Portugal militar. Compêndio de história militar e naval de Portugal.

Desde as origens do Condado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança.3a reimpr.

Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1999. Coleção de Temas Portugueses.

SENADO FEDERAL. Diário da Assembléia Geral Constitucional e Legislativa do Império do Brasil, 1823. Brasília: Senado Federal, 2003. V..6, Tomo I.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. História de Portugal. Viseu: Verbo, 1984. v. VII - A instauração do liberalismo(1807-1832).

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira(Dir.).Nova História de Portugal. Lisboa: Presença, 2001. v. IX - Portugal e a instauração do liberalismo.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. O patriarca da independência. Resumo biográfico para a mocidade brasileira. São Paulo: Saraiva,1963.

SILVA, Kaline Vanderlei. O miserável soldo e a boa ordem na sociedade colonial: elitização e marginalidade na Capitania de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII. Recife: Fundação de Cultura da Cidade de Recife,2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História do Brasil. Colônia – Império - República. Porto: Universidade Portucalense,1991.

SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil-1500-1820. 4.ed. Brasília: Senado Federal, 2005. Coleção do Senado Federal v. 34.

SODRÉ, Nelson Werneck. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. Rio de Janeiro: LeYa, 2015.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. A Independência do Brasil na Bahia. Salvador: EDUFBA, 2005.

TEIXEIRA, Nuno Severiano; BARATA, Manuel Themudo (Dir.). Novahistória militar de Portugal. Rio de Moura: Círculo de Leitores e Editores, 2004. v.3.

TENGARINHA, José (Org.). História de Portugal. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. Coleção História.

VARNHAGEN, Francisco A. História da Independência do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: IHGB, 1916.

VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos: dos séculos XVI a XIX. 3.ed. São Paulo: Corrupio, 1987.

VIANNA, Antônio. A emancipação do Brasil: 1808-1825. Lisboa: Typographia do Anuário Commercial, 1922.

VIANNA, Hélio. História do Brasil. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1962. Tomo II (Monarquia e república), v.II. Artigos, comunicações, resenhas, sinopses e oficinas: ALVES JUNIOR, Paulo. O pensamento radical de José Honório Rodrigues: a conciliação na história do Brasil. IN\_: Anais do XIX Encontro Regional de História, ANPUH-SP, USP, 8ª. 12.9.2008.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. O sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). IN\_: TENGARINHA, José (Org.). História de Portugal. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, p.167-173.

AUGEL, Johannes. Notas sobre as finanças brasileiras na época do império. IN\_: Anais do Congresso de História da Independência do Brasil, p.173-186. IHGB/Departamento de Imprensa Nacional, 1975.

BETHELL, Leslie. A presença britânica no Brasil, 1808-1831. RIHGB, Rio de Janeiro, a. 179 (476): 305-322, jan./abr.2018.

BICALHO, Maria Fernanda. Redimensionando a independência. Tempo, v. 12, n. 24, Niterói, 2008.

CABRAL, Manuel Vilaverde. Sobre o Século XIX português: a transição para o capitalismo. Rev. Análise Social, v. XII(45), 1976-1º. 106-126.

COSTA, Emília Viotti da. The political emancipation of Brasil. IN\_: RUSSELL-WOOD, A.J.R. From Colony to nation. Baltimore: The John Hopkins University Press, S/D, p.43-88.

COSTA, Marcos de Noronha da. A Administração Civil, Política, Militar e Econômica do Oitavo Conde dos Arcos na Bahia. Salvador. Revista do IGHB, n.93, jan./dez.1997.

CUNHA, Pedro Octávio da. O movimento da independência e a fundação de um império liberal. IN\_ HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). História Geral da Civilização Brasileira. 9.ed. p. 153-202. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. V. III, o Brasil monárquico, Tomo II.

DOMINGOS, Eduardo José Santos, SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. Considerações sobre um campo disciplinar: os principais modelos explicativos da economia colonial. Belo Horizonte: Periódicos PUC Minas, v.19, n.30(2018).

GOULARTE, Rodrigo da Silva. O Oitocentos sob novas perspectivas. Revista do Arquivo geral da Cidade do Rio de Janeiro, n.9, p.431-436, 2015.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25). IN\_: MALERBA, Juradir. (Org.). A Independência brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2006. P.303-342. e MALERBA, Juradir. Festejar e repensar a independência: um balanço. Revistas eletrônicas da PUC-RS, v. 36, n.2, 2010.

MALIVAL, Isadora Tavares. A revolução do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Oitocentista. RIHGB, Rio de Janeiro, a.177 (471):73-100, abr./jun.2016.

MALERBA, Jurandir. As independências do Brasil. São Paulo, Revista História, v.24, n.1, p.99-126, 2005.

MARIUTTI, NOGUEIROL e DANIELLI NETO. Mercado interno e graus de autonomia: críticas as propostas de João Luiz Fragoso e Manolo Florentino. São Paulo, Estudos Econômicos, 31(2): 364-393, abr.- jun.2001.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. IN: MOTA, Carlos Guilherme. Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). 2 ed. São Paulo: SENAC,2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. A outra independência: federalismo pernambucano de 1817 e 1824. Rev. IHGB, a 168 (436), p. 93-107, mai./jun.,2007.

MENS, Maximiliano M. Reflexões sobre duas crises econômicas. VáriaHist., v.20, n.40, Belo Horizonte, jan./ apr.2015.

MORALRUIZ, Joaquim Del. .A Independência brasileira e sua repercussão em Portugal da época(1810-1834). Rev. Análise Social, v, XVI(64), 1980-4o.779-795.

MOTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). IN: MOTA, Carlos Guilherme (Org.).Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000).2 ed. São Paulo: SENAC,2000.

NOVAIS, F. A. As dimensões da independência – crise geral do Antigo Sistema Colonial. IN: MOTA, Carlos Guilherme(Org.).1822: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.15-26.

OLIVEIRA RAMOS. Algumas observações sobre a história do Exército Português no regime liberal. IN\_: ANAIS DO I COLÓQUIO Português de História Militar.Lisboa:4 e 5.12.1990,p.167-177.

PAULA, E. Simões de. As origens do Exército Brasileiro. IN\_:HOLANDA, Sergio Buarque de(Dir.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1962. Tomo I, V. II - O Brasilmonárquico, Tomo II..

PEDREIRA, Jorge Miguel. Indústria e atraso econômico em Portugal (1800-1825). Uma perspectiva estrutural. Análise Social, v.XXIII(97), 1987-3o,p.563-596.

PEREIRA, Jorge Miguel. Economia e política na explicação da independência do Brasil. IN: MALERBA, Jurandir (Org.). A Independência brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.55-97.

PIMENTA, João Paulo G. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. Revista de História Iberoamericana - RHI, v.1, n. 1, 04, 2008.

.La independência de Brasil como revolução: história y actualidad de um tema clássico. Nuevo Tempo: Rev. de História y pensamiento crítico, v. 5, Buenos Ayres, p.69-96, 2008.

ROCHA MARTINS. A Independência do Brasil. Coimbra: Oficina do Lymen, 1922.  
SANTOS, Maria de Lourdes. Para a análise das ideologias da burguesia. I-Os costumes de bom tom. IN: MALERBA, Jurandir (Org.). A Independência brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SEIDL, Ernesto. Condicionantes sociais na composição do alto oficialato (1850-1930). IN: HEINZ, Flávio M. História Social das Elites. São Leopoldo, 2011. p.11-27.

SILVEIRA, Luís Espanha da. Aspectos da evolução das finanças públicas portuguesas nas primeiras décadas do Século XIX (1800-1827). Rev. Análise Social v. XXIII (97).

SODRÉ, Elaine Leonora de Vargas. Entre nobreza e revolucionários: a Assembléia Constituinte de 1823 e o paradoxal nascimento da elite política imperial. XXIX Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2017.

SOUZA, Avanete Pereira. Trânsitos mercantis de uma Cidade Capital (Salvador, Século XVIII). Rev. Mosaico, v.7, n.2, p.173-182, jul./dez.2014.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. O Rio de Janeiro nos tempos de D. João VI. Revista da Academia Brasileira de Letras, Ano XIV, n. 54, jan./mar.2008.

#### Sites e blogs

ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luíz Aranha Correa do. A economia brasileira no Império, 1822-1889. PUC - Rio, Departamento de Economia. Textos para discussão. Disponível em: [www.econ.puc-rio.br](http://www.econ.puc-rio.br). Acesso em: 11.10.2018.

CLAUSEWITZ, Carl von. Da guerra. Disponível no site da Escola Naval, [www.egn.marnil.br/arquivos/cepe](http://www.egn.marnil.br/arquivos/cepe). Acesso em 14.10.2018.

MARTINS, Ismênia de Lima. Movimentação de portugueses no Brasil: 1808-1842. A baselusa do Arquivo Nacional. Lisboa: CEPES, 2009. Disponível em: [www.cepese.pt](http://www.cepese.pt). Acesso em: 22 de novembro de 2018.

MARQUES, Teresa Cristina Nunes. A constituição do registro comercial na administração pública brasileira e os acervos de documentos para a história das empresas. Disponível em: [www.abphe.org.br](http://www.abphe.org.br). Acesso em: 14 de novembro de 2018.

### **Dissertações, teses e monografias**

DELARUE, Maria Luísa Martins. Domingos A.B. Moniz Barreto (1748-1831), entre o reformismo lusitano e a Independência do Brasil. Porto: Dissertação de mestrado em História Íbero - americana apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1998.

DOURADO, Bruna Iglézias Motta. Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c.1837-c. 1871): a trajetória do negociante João Pinto de Lopes. Niterói: Dissertação apresentada ao mestrado em história da Universidade Federal Fluminense - UFF, 2015.

GONÇALVES, Paulo Frederico Ferreira. As Cortes Constitucionais (1821-1822) e a Independência do Brasil. Porto: Dissertação apresentada ao mestrado em história, Universidade Portucalense, 1997.

LOPES, Walter de Mattos. A Real Junta do Comércio: Tribunal do Antigo Regime nos tempos de D. João (1808-1821). Niterói: Dissertação apresentada ao mestrado em história social da UFF, 2009.

NETO, Hélio Franchini. Independência ou morte. Política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823). Brasília: Tese de doutorado apresentada ao Departamento de história, UNB, 2015.

OLIVEIRA, Nara de Cássia Gomes de. Os ilustres, pendentes e zelosos cidadãos baianos e a construção do Estado Nacional (1824-1831). João Pessoa: Dissertação apresentada ao mestrado em história da Universidade Federal da Paraíba, 2007.

RIBEIRO, Elisa de Moura. Entre adesões e rupturas: projetos e identidades políticas na Bahia (1808-1864). Salvador: Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História, UFBA, 2012.

RIBEIRO, Gladys Sabina. A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro reinado. Campinas: Tese de doutorado em história apresentada a Universidade Estadual de Campinas, 1997.

SILVA, Cesar Agenor Fernandes da. O Correio Braziliense e seu projeto de civilização (1808-1822). Franca: Dissertação apresentada para o mestrado em história da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita, 2006.

SLEMIAN, Andréa. Sob o império das leis. Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834). São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao departamento de história, FFLCH-USP, 2006.

SOUZA, Maria Aparecida Silva de. Bahia. De capitania à Província, 1808-1823. São Paulo: Tese de doutorado apresentada ao departamento de história, FFLCH, USP, 2008.

WISIAK, Thomas. A nação partida ao meio: Tendências políticas na Bahia na crise do Império luso - brasileiro. São Paulo: Dissertação apresentada ao departamento de história da FFLCH, USP, 2001.